

Título: COMÉRCIO AMBULANTE: PLANEJAR E ACONTECER. O QUE REALMENTE ACONTECE?¹

Autora: Letícia Tabachi Silva

Arquiteta, Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

e-mail: letabachi@hotmail.com

OBJETIVOS

O objetivo geral desse trabalho é analisar a apropriação do espaço público pelo comércio ambulante enquanto um “acontecimento urbano”, ou seja, enquanto algo que “escapa” ao planejamento urbano e acontece de forma efêmera e inesperada, burlando normas instituídas pelo *aparelho de Estado*² e reinventando outras regras de apropriação do espaço.

Além disso, verificar como o poder público enxerga essa atividade, quais medidas são tomadas em relação à sua atuação e sua relação com a expansão da centralidade na cidade de São Paulo.

METODOLOGIA

A primeira parte do trabalho conceitua o comércio ambulante enquanto um “acontecimento urbano”, tendo como referencial teórico Gilles Deleuze e Michael Foucault. A escolha desses autores está diretamente relacionada com o fato de eles trabalharem com a noção de acontecimento e de poder, visto que a apropriação do espaço público pelo comércio ambulante está ligada às relações de poder que ocorrem no espaço urbano. Utilizo esses autores para tentar realizar uma outra leitura sobre a cidade, à procura de enxergar além das imagens, além do edificado e, principalmente, além das coisas que a princípio nos parecem gratuitas.

Partindo da idéia do comércio ambulante como um acontecimento urbano que escapa ao planejamento, iniciei um trabalho de campo que buscou observar a atuação desse comércio nas ruas, ou seja, quais as táticas utilizadas para conseguir atuar, mesmo diante das proibições colocadas pelo poder público. Assim, a pesquisa tem como ponto de partida a avenida Paulista, que foi projetada no fim do século XIX como espaço das elites, tornou-se símbolo da cidade de São Paulo e, atualmente é considerada o centro empresarial e cultural da cidade. Além dessa avenida outros dois lugares

¹ Esse trabalho tem como base a dissertação de mestrado “Acontecimento Urbano: os escapes na cidade”. Defendida por mim na Universidade Federal da Bahia - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, em março de 2007.

² Deleuze e Guattari trabalham com dois conceitos que utilizo com frequência no decorrer do texto, o de *máquina de guerra* e *aparelho de captura*. A *máquina de guerra* é exterior ao *aparelho de Estado* e goza de uma ampla autonomia em relação a ele. Ela pode ser formada por bandos que são minorias que ficam às margens e formam mecanismo para afirmar os direitos de sociedade contra os órgãos de poder do *aparelho de Estado*. O *aparelho de captura* são constituídos para se apropriar das máquinas de guerra, e impor trajetos fixos.



significativos, do ponto de vista da expansão urbana, foram estudados para efeito de comparação entre as diversas formas de apropriação e atuação desse comércio: a rua 25 de março e a avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini.

Dessa forma, foram eleitas quatro categorias de análise: 1-Forma de espacialização: essa categoria diz respeito ao modo como o espaço é ocupado, seja com equipamentos, com o próprio corpo ou aproveitando-se de elementos já existentes no espaço (bancos, grades, etc); 2-Variação temporal: definida como o tempo de permanência em um mesmo espaço, podendo ser regular ou variável; 3-Dimensão: entendida como a amplitude do efeito gerado no espaço, podendo gerar pequenos ou grandes impactos no espaço apropriado; 4-Modos de ação: diz respeito à forma de atuação, isto é, quais as táticas utilizadas para apropriação do espaço.

Concomitantemente a essas análises foi possível começar a perceber quais atitudes eram tomadas pelo poder público, uma vez que a própria atitude do ambulante permitia identificar algumas normas das quais eles tentavam escapar³. Além dessa percepção inicial fiz um levantamento, por meio da coleta de dados divulgados em jornais, leis ou ementas deliberadas, das intervenções realizadas ou propostas pelo *aparelho de Estado*. A idéia foi analisar como o poder público enxerga essa atividade e como vem tratando-a ou pretende tratá-la. A partir daí foi possível fazer uma comparação entre o que acontece no espaço público e o que é planejado para ele.

CONCLUSÕES

Com a pesquisa foi possível verificar que, embora a atuação do comércio ambulante seja aceita, de certa forma, pela população e, em parte, até pelo comércio formal, essa atividade é extremamente perseguida pelo *aparelho de Estado*, sendo alvo constante de apreensões e tentativas de proibição, com o propósito de uma “requalificação urbana”. A tentativa de controle do comércio ambulante é uma prática antiga na cidade de São Paulo, com muitas leis e decretos tentando regulamentá-lo. Já em 1898 tinha sido estabelecido o primeiro regulamento específico para esta atividade.

Porém, a atuação do comércio ambulante continuou crescendo e tomou uma dimensão que passou a ameaçar as instâncias legais da cidade. Apesar de todas as adversidades que encontra para conseguir se apropriar de um espaço consegue concorrer e disputar consumidores com o comércio formal sem, contudo, compartilhar seus lucros com o *aparelho de Estado*. E esse pode ser o verdadeiro motivo que faz com que seja considerado um “mal” a ser combatido. O Estado utiliza os

³ Neste trabalho o termo escapar não significa fugir, ou seja, o escape é diferente da fuga. Escapar não significa renunciar às ações e sim tomar uma atitude, encontrar uma fresta, uma fissura que permita uma outra oportunidade



supostos transtornos causados à cidade como argumentos para combater esta atividade: circulação de pedestres dificultada, desorganização dos espaços, descaracterização urbanística da cidade, entre outros. Existem, porém, muitos outros empreendimentos privados que, muitas vezes, trazem conseqüências até piores para a cidade e nem por isso deixam de ter o aval do poder público para acontecer. Um exemplo disso é a aprovação de construções de empreendimentos de grande porte em locais já adensados, os quais geram grandes impactos ambientais e também nas vias de circulação, no índice de poluição local, no sombreamento do entorno, etc. Esse tipo de apropriação, em alguns casos, é consentida porque arrecada grandes quantias para os cofres públicos.

Portanto, na disputa pelo espaço da cidade, quase sempre ganham os que têm maior poder financeiro. E assim o comércio ambulante tenta escapar dessa situação real que lhe é imposta e descobre, no espaço público, uma via de guinada. “Desenquadrado” do sistema, encontra nas ruas outras possibilidades de se inserir, com linguagem e regras próprias, em um espaço que ele tem por direito, o espaço público, além de ser um escape que permite burlar o pagamento de impostos, as leis trabalhistas e todas as regras às quais estão submetidos o comerciante formal.

O comércio ambulante acontece sem regras fixas, sem pressupostos, sendo, a todo momento reinventado, acontecendo de diversas maneiras: seja com a venda de mercadorias fabricadas em “fundos de quintal” ou produzidas artesanalmente, mercadorias refugadas pela indústria, ou através de mercadorias de contrabando. Nessa atividade a relação comerciante-cliente se dá de forma mais estreita, simples e direta, o que evita atravessadores e permite o menor preço de venda do produto. Dessa forma, é legitimada pelas classes de menor renda, que conseguem ter poder de compra e passam a consumir mercadorias menos essenciais, as quais não teriam acesso no mercado formal.

“Essa forma de comércio atua, como tradutora entre repertórios e universos ideológicos distintos; ela traz, a partir da própria mercadoria veiculada, a informação ideológica do consumo dominante, inacessível a determinada fração da sociedade.”
(COSTA, 1987: 28)

O comportamento do comércio ambulante nas três localidades de estudo, apesar de ser bastante parecido, possui algumas diferenças de atuação. Isso se justifica porque se constitui em uma atividade que se adapta às novas condições que lhe são impostas, sem com isso se submeter às regras, mas conseguindo encontrar táticas para cada situação que enfrenta. E é interessante observar

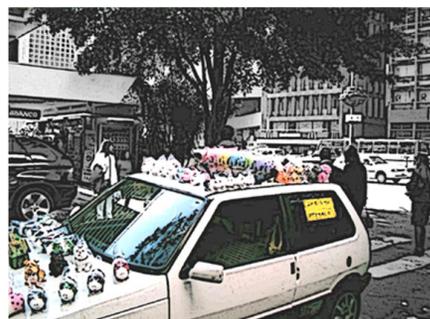


Fig. 1- Vendedor de cofrinhos. Rua Padre João Manuel, esquina com a av. Paulista.



a sua relação com as centralidades: parafraseando Deleuze,⁴ é possível chamá-los de *máquinas de guerra* contra o *aparelho de captura*, considerando que esses dois elementos coexistem e concorrem num mesmo campo, funcionam em dupla, contrários e complementares. O *aparelho de Estado* só existe enquanto máquina de captura porque existem elementos a serem capturados, e o comércio ambulante só se conforma como uma *máquina de guerra* porque existe um Estado contra quem precisa lutar. Dessa forma, ambos andam juntos. Se forem nos centros que estão o poder e o controle, será lá que aparecerá também o comércio ambulante querendo ganhar seu espaço.

Talvez esteja faltando no planejamento, um pouco mais de sensibilidade para perceber aquilo que não nos é explícito, que não nos é colocado gratuitamente, e perceber nos interstícios da cidade o que realmente está acontecendo com os espaços urbanos, entender o modo com que as pessoas habitam e como elas se apropriam da cidade, como elas invertem, trocam, transformam e adjetivam os espaços planejados, o entre e os espaços vazios.

Muito mais do que formas de controle são necessárias políticas públicas que promovam uma sociedade mais justa. Essa disputa que ocorre pelo espaço público é resultado também de uma disputa social e econômica, pois todos querem ter o direito à cidade.

Não se trata, em hipótese alguma, em dizer que a cidade não precisa de planejamento, mas que é preciso chamar a atenção para outras formas de intervenção. Talvez, seja preciso não concentrar tudo nas mãos do Estado, que acaba sendo o único responsável por essa atividade, e sim prestar atenção nas formas de apropriação e intervenção com que a própria sociedade vem atuando. Isso pode nos mostrar que ela tem capacidade e deve assumir responsabilidade dentro do processo de construção urbana. Iniciativas isoladas ou de comunidades

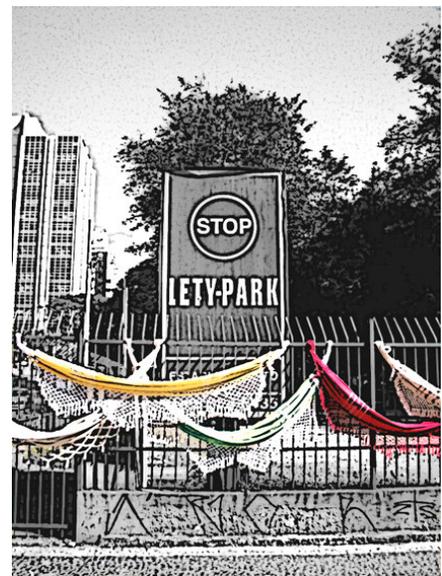


Fig. 2- Apropriação de gradil para expor a mercadoria. Av. Paulista.



Fig. 3- Ambulantes na rua 25 de março. Pedestres precisam caminhar pela rua.



Fig. 4- Ambulante na esquina da Av. Berrini. Venda de sapatos e botas, utilizando como suporte o carro.

⁴ DELEUZE e GUATTARI, 1997.



organizadas já têm mostrado soluções criativas, com indicação de possíveis caminhos para a superação de problemas. Associações de moradores, organizações de sem-teto e outros grupos sob a forma de ativismos sociais têm mostrado planejamentos alternativos ao planejamento oficial e conservador.

Esse trabalho propõe, se não o entendimento, ao menos a aproximação dessa outra lógica de produção de espaços que vem se conformando na contemporaneidade. Lógica esta construída pela necessidade de reinvenção contínua do território pelos seus habitantes, onde os cenários da cidade se transformam a cada novo desejo que precisa ser espacializado, a cada ordem que deve ser subvertida. E onde a concretude arquitetônica parece ser substituída, em parte, pela efemeridade de algumas apropriações.

É preciso levar em consideração a atual dinâmica das cidades e das pessoas que nela habitam, situar a arquitetura e o urbanismo com o tempo em que vivemos, com a velocidade dos acontecimentos, com as novas relações afetivas e com as novas necessidades humanas e, dessa forma, tentar propor espaços urbanos mais humanizados, que procurem interagir com os desejos dos seus habitantes e não sejam ditadores de regras e normas a serem seguidas sem qualquer diálogo com seus usuários.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUDELAIRE, Charles. **Os Paraísos Artificiais**. Porto Alegre, RS: L&PM Editores Ltda, 1982.
- BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas III**: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed., 1991.
- CARDOSO, Irene De A. Ribeiro. **Foucault e a Noção de Acontecimento**. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP, São Paulo, 7 (1-2): 53-66, out.1995.
- CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.
- COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, Cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de SP. São Paulo: Nova Stella/ EDUSP, 1989.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 342p. (Estudos, 35). Original em francês: Logique du sens. Paris: Minuit, 1969.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol 1. São Paulo: Editora 34, 1995. Original em francês: Mille Plateaux:capitalisme e schizophrénie. Paris: Minuit, 1980.
- _____. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol 5. São Paulo: Editora 34, 1997. Original em francês: Mille Plateaux:capitalisme e schizophrénie. Paris: Minuit, 1980.
- _____. **O que é Filosofia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Roberto Machado (Org.). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum. 4ª ed. São Paulo: Editora Princípio, 1987. Original em francês: Nietzsche, Freud et Marx. Theatrum Philosophicum. Paris: Minuit, 1975.



II COLÓQUIO [INTER] NACIONAL
sobre o comércio e cidade: uma relação de origem

FRUGOLI, Heitor Jr. A questão dos camelôs no contexto da revitalização do centro da metrópole de São Paulo. IN: Souza, Maria A. A. (et al). **Metrópole e Globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999. Cap. 11.

_____. **São Paulo: Espaço Público e Interação Social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

_____. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: EDUSP, 2000.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografia do Desejo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.

GUERREIRO, A. A. D. **Pop Center do Brás**: de comerciantes de rua a estabelecidos no comércio popular. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 2000.

MAGNANI, José G. Cantor **A Rua e a Evolução da Sociabilidade**. IN: Cadernos de História de São Paulo 2, Museu Paulista – USP, jan/dez 1993.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na Periferia do Capitalismo**: Ilegalidade, Desigualdade e Violência. São Paulo: Ed. Hucitec, Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2004.

SOUZA, Marcelo L. e RODRIGUES, Glauco B. **Planejamento Urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

TABACHI, Letícia. **Acontecimento Urbano: os escapes na cidade**. Dissertação de Mestrado. Salvador, Programa de Pós-graduação em arquitetura e urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2007.

_____. **Para quem quer ver: Um ensaio sobre arquitetura e subjetividade**. Trabalho Final de Graduação. Vitória, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do ES, 2002.

Material da WEB

Associação Paulista Viva. Disponível em: <<http://www.paulistaviva.com.br>>. Acesso em 01 de outubro de 2006.

Associação Viva o Centro. O comércio dos Camelôs no Centro. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br>>. Acesso em: 29 de março de 2006.

Diário do comércio. Do mercado oriental a resumo do Brasil. Disponível em: <<http://www.dcomercio.com.br/especiais/25marco/mercado.htm>>. Acessado em: 06 de março de 2006.

Dossiê denúncia: Violações dos Direitos Humanos no centro de São Paulo | Fórum Centro Vivo. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/publicacoes>>. Acesso em 27 de setembro de 2006.

Instituto Polis. Regulamentação do Comércio Informal, Boletim Dicas N° 72, Ano 1996, Cássio Luiz de França e Rafael Oliva Augusto. Disponível em: <http://www.polis.org.br/publicacoes/dicas/dicas_interna.asp?codigo=214>. Acesso em 26 de junho de 2006.

Jornal o Globo. Rua 25 de março comemora 112 anos faturando 8 bi por ano. Disponível em : <<http://oglobo.globo.com/online>>. Acesso em: 06 de março de 2006.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Vendedor de cofrinhos. Utilização do carro como suporte. Rua Padre João Manuel, esquina com a Av. Paulista. Foto: Autora

Figura 2. Apropriação de gradil para expor a mercadoria. Av. Paulista. Foto: Leonardo dos Santos.

Figura 3. Ambulantes na rua 25 de março, pedestres precisam caminhar pela rua. Foto: Autora

Figura 4. Ambulante na esquina da Av. Berrini. Venda de sapatos e botas utilizando como suporte o carro. Foto: Autora.



II COLÓQUIO [INTER] NACIONAL
sobre o comércio e cidade: uma relação de origem